

Mundos subalternos de mulheres invisíveis: reflexões a partir de *As tias*, *Darluz* e *Mulheres Trabalhando*

RESUMO

Roberto Carlos Correia e Silva
E-mail: robertoccs1@hotmail.com
Universidade Federal da Grande
Dourados, Dourados, Mato Grosso do
Sul, Brasil

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da situação de subalternidade destinada a muitas mulheres, bem como, suas reações de transgressão/resistência. Para tal, como *corpus* temos um conto que compõe a obra *Amora* de Natalia Polesso: “As tias”; e dois contos que integram a obra *BaléRalé* de Marcelino Freire: “Darluz” e “Mulheres trabalhando”. Visitaremos os universos complexos e distintos de diferentes mulheres-personagens. A partir de recortes literários serão elencadas informações pertinentes às temáticas exploradas. Em “As tias” temos o retrato da homossexualidade feminina na terceira idade; no conto “Darluz” nos deparamos com o retrato de uma mulher pobre, sem esperanças, e que tem como única saída dar os filhos após o nascimento; por fim, em “Mulheres trabalhando” adentramos ao mundo de uma trans que sobrevive nas ruas de São Paulo. O que todas estas mulheres possuem em comum? Uma realidade subalterna que vem à tona, as impulsionando, ou não, a construção de um “pensamento liminar”. A discussão será ancorada em autores como Beverlay, Butler, Mignolo e Spivak.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulheres. Pensamento liminar. Subalternidade.

INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaremos como *corpus* três narrativas curtas: Os contos “Darluz” e “Mulheres trabalhando” compõem a obra *BaléRalé*, coletânea de 18 textos publicados no ano de 2003 pelo autor pernambucano Marcelino Freire. “As tias” por sua vez, faz parte da obra *Amora*, livro publicado pela gaúcha Natalia Borges Polessio em 2015 e, vencedor do prêmio Jabuti no ano de 2016.

Antes de adentrarmos ao mundo dessas mulheres singulares, se faz necessário pensarmos, primeiramente, no que é identidade de gênero, questão que nos auxilia a compreender as realidades aqui expostas, e nos norteia a pensar o que é ser mulher.

Compreender a idiossincrasia, respeitar as diferenças do outro é uma tarefa que exige um exercício de reflexão. Diante da complexidade humana e da pluralidade de ideias, nos deparamos com inúmeros termos e conceitos, que embora muitas vezes criticados, são necessários. Este é o caso do termo *gênero*, uma vez discutido ele nos direciona quase que inevitavelmente a pensar também na formação de identidade.

De acordo com Stuart Hall (2005, p. 13) “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. Segundo Eric Erikson (1976, p. 21):

A formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como outros o julgam, em comparação com eles próprios e com a tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira pela qual eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele.

O processo de identificação e de construção da identidade é um feito complexo, como destaca Ericsson, é um movimento que envolve um olhar de dentro para fora e de fora para dentro, uma ação que se faz também através do outro, do julgamento alheio. Partindo do pressuposto de que o oprimido não está livre de oprimir, esta questão nos direciona a pensar nas relações de gênero, que grosso modo, significa pensar nas relações de poder de um “alguém” sobre “alguém”.

Discutir gênero vai muito além de discutir os papéis sociais de homem e mulher ou do feminino e masculino. Trata-se de um campo fastidioso, implica discutir relações de poder, como retrata Judith Butler (2008, p. 25):

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural e de significado num discurso previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí eu o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um

sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

A sexualidade é uma organização específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade. Como tal, Foucault compreende que a sexualidade produz o “sexo” como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese (BUTLER, 2008, p. 137).

Butler (2008, p. 20) quando diz que se alguém é uma mulher isso certamente não é tudo que esse alguém é, também nos atenta para o fato de não ser concerne pensarmos em mulher e feminino como algo plenamente existencial e estável. Ainda de acordo com Butler (2008, p. 48), o gênero é sempre um feito, não sendo nem um substantivo nem um conjunto de atributos flutuantes.

É importante ressaltar que os termos e conceitos aqui apresentados não são ideias estanques, trata-se de teorias amplamente discutidas e revisitadas. Estas são recebidas e compreendidas de formas distintas por diferentes vertentes. Do mesmo modo, a literatura aqui explorada pode ser interpretada e compreendida de diferentes maneiras. De forma explícita ou não, as três narrativas trazem questões que permeiam as relações de gênero. Em “As tias” temos o retrato da homossexualidade feminina na terceira idade; no conto “Darluz” nos deparamos com o retrato de uma mulher pobre, sem esperanças, e que tem como única saída dar os filhos após o nascimento; e em “Mulheres trabalhando” adentramos ao mundo de uma travesti que resiste nas ruas de São Paulo. Independente da leitura que se faça, somos impulsionados a pelo menos enxergar as diferentes realidades e as (a)diversidades que nos cercam.

UMA REALIDADE SUBALTERNA

A palavra **subalterno** deriva do latim *subalternu*, grosso modo diz respeito à relação de dependência e subordinação de uma pessoa sobre outra, uma condição em que o sujeito não tem espaço de fala. De acordo com John Beverley (2004, p. 24), o subalterno é uma lacuna no saber, que subverte ou derrota a suposição de conhecê-lo, sendo não uma categoria ontológica, mas que designa uma particularidade subordinada, o subalterno possui um referente espacial, uma forma de territorialidade. Como toda questão complexa, desentendimentos e controvérsias são inevitáveis, tornando-se necessária a teorização. Como é destacado em (Fórum, 2014, *online*), falar em “identidade subalterna” é reconhecer o fato de que identidades foram colocadas em uma condição inferiorizada por uma sociedade colonialista, branca, patriarcal, cisnormativa, heterocapitalista hegemônica.

Não devemos pensar nestas “mulheres subalternas”, como pessoas subdesenvolvidas, estas vivem em situações subalternas, mas a subalternidade não as limita e não pode as definir. Também é preciso ressaltar que ninguém fala por ninguém, nem dá voz a ninguém, mas é necessário que todas as pessoas que possuem a possibilidade de falar, falem. Como discorre (Spivak, 2010, p. 126):

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

Tendo explanado um pouco dos termos necessários para que nos situemos, adentraremos ao universo dessas peculiares mulheres-personagens.

“As tias” retrata a história de Leci e Alvina, duas mulheres que, após deixarem um convento decidem viver juntas. A história das tias é narrada por uma sobrinha que relata a vida pacata das duas senhoras que há 60 anos dividem uma vida, uma vida repleta de viagens e julgamentos familiares. A tranquilidade do casal é interrompida quando um *acidente vascular cerebral* atinge a tia Alvina, fazendo com que ambas inevitavelmente relembressem da realidade que tentavam esquecer.

É familiar: dizia a moça da recepção e todos assentiam: primas, irmãs, sobrinhas. Nessas horas de hospital, sempre aparece alguém. Mas a Leci não era parente e toda vez que chegava para ficar, a moça da recepção lhe dizia que já havia um parente no quarto e que para o pernoite parentes tinham preferência. A tia Leci voltava para a casa chorando. Mas o que a senhora é dela dona Leci? Perguntava a moça da recepção. Amiga, dizia ela com uma voz de comiseração (POLESSO, 2015, p. 189).

A realidade subalterna de Leci e Alvina nos impulsiona a refletir a respeito do quão penoso é estar à margem em uma sociedade hegemônica que preconiza o uniforme, o novo e o instantâneo. Ser mulher na realidade patriarcal em que vivemos certamente é uma constante batalha, ser mulher e viver com o estigma de ser lésbica e idosa, é tarefa triplamente dificultada. Para muitas pessoas LGBTs¹, a chegada à terceira idade é uma volta compulsória ao armário.

Uma pesquisa realizada na Grã-Bretanha pela ONG Stonewall (2011, *online*) revelou que pessoas lésbicas, gays ou bissexuais mais velhas se preocupam muito com suas condições no futuro, vivem rodeadas pelo medo de serem submetidas a tratamentos inadequados e por razão de suas orientações sexuais a viverem novamente com a discriminação e o abandono. Grande parte dos idosos LGBTs acredita que os abrigos de idosos são pensados para pessoas heterossexuais, não havendo preocupação em acolher as necessidades de idosos que fogem ao padrão. Um em cada seis mulheres lésbicas e bissexuais sofreram discriminação, hostilidade ou maus tratos por causa de sua orientação sexual ao usar serviços de apoio, seguem alguns depoimentos retirados desta pesquisa:

Redes sociais, grupos de reminiscências e centros para idosos são muito heterossexuais - orientados para famílias heterossexuais - e, nesse sentido, acho que há opções reduzidas de socialização de forma integrada, enquanto também não há redes e nenhuma provisão especializada para

peessoas idosas lésbicas, gays e bissexuais. Diane, 57, South (STONEWALL, 2011, p. 11, tradução nossa).

Eu sou uma mulher lésbica em um relacionamento amoroso há muito tempo. Nós assinamos nossa parceria civil, mas eu ainda me preocupo com o futuro. Meu maior medo é que, se ambas ficarmos doentes e precisarmos de cuidados, possamos ser separadas ou ser protegidas por pessoas que sejam anti-gays e que nos tratariam mal. Sheila, 62, North West (STONEWALL, 2011, p. 26, tradução nossa).

Tudo é predominantemente heterossexual. Abrigo e residência são mixtos sem provisão para aqueles que preferem a companhia de alguém de sua própria orientação. É deprimente pensar que eu poderia acabar em um lar onde poderia ficar isolada porque divulgar/falar sobre minha vida levaria ao ostracismo. Molly, 68, London (STONEWALL, 2011, p. 27, tradução nossa).

Eles entenderão a importância de ser aceito como uma pessoa inteira? O que inclui ter uma parceira do mesmo gênero e também ter um relacionamento sexual na velhice? Eu não quero esconder minha parceira. Emily, 64, North East (STONEWALL, 2011, p. 29, tradução nossa).

Eu sinto que no momento eu sou completamente eu mesma, algo que levou muitos anos para acontecer. Vicki, 56, London (STONEWALL, 2011, p. 29, tradução nossa).

A literatura nos dá a possibilidade de visibilizar questões complexas e ignoradas. Neste contexto, “As tias” literariamente nos faz refletir a respeito desta realidade pouco discutida, que é a homossexualidade na velhice:

Tu imagina que além da dor da perda, eu ainda teria que me preocupar com outras questões, imagina que talvez eu teria de sair da minha casa porque ela não seria minha? Tu imagina que, se eu morro, a Alvina fica sem pensão, porque é da minha aposentadoria que a gente vive também. Tu imagina tudo isso e pensa que somos duas velhas, e que o que fazem com velho geralmente é jogar pra lá e pra cá como se fosse sacos de entulho (POLESSO, 2015, p. 192).

O relato de tia Leci nos atenta ao fato de que não existem direitos garantidos, ainda mais para pessoas à margem da ordem social. É necessário valorizar as conquistas, mas é ainda mais necessário pensar naqueles que outrora lutaram por elas. Os direitos não são absolutos e imutáveis, sendo assim, a conservação e manutenção dos mesmos só ocorrem com luta constante.

Tão adverso quanto o conto “As tias”, em “Darluz” encontramos a questão da mãe mulher: “Dei José, dei Antônio, Maria, dei. Daria. Dou. Quantos vierem. É só abrir o olho. Nem bem chorou, xô. Não posso criar” (FREIRE, 2003, p. 57).

Conhecemos a história dramática de uma mulher pobre em situação vulnerável. Ela choca ao ir à contramão da imagem que se tem de uma mãe, uma mulher inconformada, ainda que sem esperanças ou possibilidades para mudar sua realidade.

Vem você morar nesse buraco. Vem você dar jeito no mundo. Repartir seu quarto. Nunca. Esse olho é irmão desse. Veja Maria, pôs Jesus no mundo, filho do Espírito Santo. O pai largou. Você viu como José sumiu, se evaporou? Maria é que foi lá, no pé da cruz, se arrepender. Eu, não. Eu quero mais é distância. Você ter filho chorando, no seu pé. Fome, está escutando? O que você faz com a fome, tem remédio? (FREIRE, 2003, p. 58).

Em sua fala pesada e carregada de sentimentos, essa mulher sem nome, sem cor, sem identidade, tenta a todo instante mostrar-se sem remorsos, sem culpa, sem dores:

Vendi a Beatriz no farol. A moça que comprou chorava de dar dó, um nó. A moça do carro abriu o vidro, o marido pegou e zum. Para nunca mais, como um vento. Para nunca mais, como um esquecimento. Cicatrizo tudo entende? Meu corpo está vacinado (FREIRE, 2003, p. 58).

Entretanto, toda a narrativa desse conto expõe um sentimento de culpa e raiva, esta mulher ao mesmo tempo em que busca mostrar indiferença nas palavras, revela seu inconformismo e sua fragilidade.

E tem mais. Todo mundo é solidário. Mas na hora, olha, o povo é foda. Vem aconselhar pílula, distribuir planejamento. Quero saber o que fazem com nosso sofrimento. Vai, quem diz? Quem já foi infeliz? A moça do carro, a moça que levou Beatriz, chorava naquele momento. Mas hoje é hoje. Hoje é outro tempo (FREIRE, 2003, p. 59).

“Darluz” nos traz a dolorosa realidade da vida de muitas mulheres, uma realidade de subalternidade. Realidade na qual a violência doméstica é naturalizada, onde mulheres são criminalizadas por não corresponderem ao que se espera do papel de mãe. Mas e o pai? E a responsabilidade do homem? O abandono paterno pouco é questionado, pois a mulher compulsoriamente carrega toda a carga de culpa.

De acordo com censo escolar de 2011, o Brasil possuía 5,5 milhões de crianças sem pai no registro, como destacado na revista Exame (2013), dado alarmante que nos faz refletir a respeito das situações de abandono. O abandono paterno é relativizado pela sociedade, por outro lado, o aborto é impensável e indiscutível. Fala-se muito em direito à vida, mas ninguém se importa com a vida da criança sem pai ou da mãe e criança em condições subalternas:

Agora esse filho de uma jumenta vem pra cima de mim, o Altamiro. Marido de merda, entende? Vem aqui tira o caralho do corpo, bêbado. Eu aguento. Tenho mais pena do caralho dele do que de José, Antônio, Paulo, Juscelino. Melhor que ter filho morto, tenho esse orgulho. Todos nasceram vivos. Dou, dou, dou, Altamiro (FREIRE, 2003, p. 60).

O conto “Darluz” indiretamente nos instiga a pensar a respeito do feminicídio. No Brasil, os dados de feminicídio são uma realidade cruel. De acordo com o Folha de São Paulo (2018), o Brasil tem 12 assassinatos de mulheres e 135 estupros por dia, números alarmantes, levando em conta que muitos casos não são notificados. Dentre todos os estados brasileiros, o Mato Grosso do Sul tem o maior índice de estupros proporcionalmente à sua população, sendo 54, 4 casos a cada 100 mil habitantes. De acordo com a Delegacia da Polícia Civil de Dourados-MS, foram registrados de janeiro a junho de 2018, 53 casos de estupro, sendo 52 vítimas do sexo feminino (O Progresso, 2018). São dados preocupantes que precisam ser escancarados para que medidas sejam tomadas.

Ao fim deste emaranhado de histórias complexas, chegamos a “Mulheres trabalhando”. Conhecemos a história de Beth Blanchet, uma mulher trans² que tem como local de sustento e resistência as ruas da cidade de São Paulo. Beth não tem espaço de fala, sua história chega até nós pela voz de um cliente obcecado, disposto a tudo para ficar com ela. Já inicialmente nos é pintando o cenário subalterno em que Beth vive: “Beth Blanchet é poderosa. As amigas dizem que é a melhor, lá ninguém chega atirando, violência danada, a noite é um monstro. Uma banda de gilete resolve, e só. Abocanha a gilete e parte para a rua” (FREIRE, 2003, p. 20).

Como destaca Berenice Bento (2014, p. 2), o processo de exclusão das pessoas trans começa muito cedo. Quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a “natureza” e que desejam usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero, desde então, as pessoas trans começam a conviver com a violência. Geralmente, entre os 13 e 16 anos, as pessoas trans fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e a construção de redes de sociabilidade.

Perguntei ao traveco cabeludo. Traveco escroto. Foi embora com outro. Não. Amanhã trago um revólver e quero ver só a cara de Beth Blanchet. Você aqui de novo? Não acredito. Sou eu Beth Blanchet, o seu marido. Beth Blanchet estou avisando (FREIRE, 2003, p. 24).

A violência nas entrelinhas de “Mulheres Trabalhando” se faz habitual na vida das mulheres transexuais e travestis. No trecho citado percebemos que a colega de Beth não possui o mesmo tratamento, não é digna do mesmo olhar, diferente de Beth Blanchet, ela é tratada com desdém, sendo pejorativamente chamada de “traveco”. Fica evidente que “os estereótipos de gênero que funcionam como mecanismos de controle para o corpo de mulheres cisgêneras operam também no corpo das mulheres trans” (Pequeno, 2017, p. 19). A trans periférica se encontra numa exclusão radical, no lado das invisibilidades de uma abissalidade. Muitas pessoas trans encontram espaço apenas na prostituição, nesta realidade se configuram peculiaridades como a rua e a “gilete”. Subalternamente colocada diante dos dispositivos de poder, a travesti ou a trans não tem direito garantido à segurança pública, sua seguridade na maioria das vezes é a sua “lâmina abocanhada”.

Neste cenário de violências é necessário atentarmos para um fato assustador. O Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Segundo pesquisa da ONG Transgender Europeu (TGEU, 2016) dentre 2.016 assassinatos de pessoas trans e ou envolvendo diversidade de gêneros em 65 países do mundo, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2015, mais de 1.500 foram registrados na América Central e do Sul, sendo a lista liderada pelo Brasil com o total de 802 mortes. A pesquisa atenta para o fato de os números serem apenas a ponta do iceberg, uma vez que é impossível estimar a quantidade exata de casos já que muitos não são devidamente reportados. Estes dados evidenciam o quão é necessário encarmos essa situação cruel, e mais que isso, exige uma ação para que essas realidades não sejam silenciadas, e assim, indigne também pessoas “imunes” a essa violência de gênero.

O START (OU NÃO) DE UM PENSAMENTO LIMINAR

Parafraseando Walter Mignolo (2003), o pensamento liminar pode ser compreendido como ato de reação produzido por pessoas que se encontram em realidade subalterna, estes sujeitos em ato de transformação começam a contestar suas circunstâncias, pensar criticamente e se reconhecer para então se emancipar de sua condição.

Em “Darluz” e “Mulheres trabalhando”, como é de se esperar em muitas realidades difíceis, não há propriamente a concretização de um pensamento liminar, uma mudança na realidade das personagens, entretanto, há uma fagulha de reação, há presença de resistência. Temos uma “mãe” que ainda que diga o contrário faz o que está ao seu alcance para tornar a vida de suas crianças melhor que a sua, seja a coisa certa a se fazer ou não. Ela não pode reverter seu mapa³, mas faz com que o mapa de seus tantos filhos não seja o mesmo que o seu.

Por sua vez, Beth Blanchet mostra ao mundo seu grito de resistência apenas pelo fato de existir, pois para pessoas como ela é necessário lutar contra a corrente diariamente, lutar com o fardo de ser vista como um ser estranho que “não é homem nem mulher”, ser reduzida à prostituição e ser levada ao silêncio, ainda que até mesmo o silêncio fale.

Em “As tias”, diferentemente das histórias anteriores, há a concretização de um pensamento liminar, as protagonistas conseguem ter consciência de suas condições, e conseguem possibilidades para começar a ser protagonistas de sua história.

Eu perguntei o que era e logo me disseram sem embromar: Queremos casar. Eu achei aquilo tão bonito e inusitado que chorei um pouco. A Leci continuou a me explicar. Tu sabes que tudo que temos é nosso, é junto, mas nada pela lei funciona assim, se algo acontece com a Alvina, deus que me perdoe, eu fico com uma mão na frente e outra atrás, além do que, se a Alvina vai de novo pro hospital, eu não posso nem cuidar dela, não tenho direito de entrar no quarto, por que tem sempre uma fila de parente que aparece quando um velho se hospitaliza, deus me livre, parecem varejeiras na merda, nossa

pergunta, filha, é se tu pode ser nossa testemunha. Não é bem casamento é uma união estável (POLESSO, 2015, p. 191).

Vale destacar que a união estável também chamada de casamento homoafetivo, é garantida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013 dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo, havendo ainda algumas especificações no decreto:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis. **Art. 3º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apesar de se tratar aparentemente um passo pequeno diante do longo caminho a ser percorrido. Esta conquista representa um grande avanço para a sociedade brasileira, um respaldo jurídico que permite, ainda que simbolicamente, a possibilidade de um final feliz para muitas pessoas, um final como o de tia Leci e tia Alvina. “Casaram. Continuaram felizes como sempre foram. E assim seria, até que a morte ou alguma burocracia as separasse novamente. De qualquer forma, é o melhor e bem mais sucedido casamento da família” (POLESSO, 2015, p. 192).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter plena consciência de suas condições, ter forças para contestar sua realidade e emancipar-se do lugar subalterno definitivamente não é simples, não é nada simples também possuir condições para promover uma reação. Este emaranhado de histórias e informações compõe um retrato da subalternidade feminina, retrato escancarado através da literatura. Como destaca Antonio Candido (1995, p. 113) “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”.

Como menciona Guita Grin Debert (1999, p. 71), “a sociedade moderna não prevê um papel específico ou uma atividade para os velhos, abandonando-os a uma experiência sem significado”. Nesta realidade de inexistência, a questão idoso/sexualidade e especificadamente a homossexualidade na terceira idade raramente é colocada em pauta. Do mesmo modo, uma exclusão radical permeia a vida e envelhecimento das travestis; Travestis e prostituição são termos associados e completamente ignorados. Fala-se muito em mulher mãe, mas se esquece da mãe enquanto mulher, e quando esta foge ao que se espera é automaticamente tornada vilã, contraditoriamente, o rompimento paterno é completamente ignorado. Apodero-me das palavras de Anibal Quijano (2005, p. 139), “por mais difícil que pareça ser, agora mais do que nunca é tempo de aprender, de se libertar do reflexo distorcido, é tempo de deixar de ser o que não se é”.

Mais do que nunca, é necessário que estas pessoas invisibilizadas gritem, criem espaços de resistência, se apoderem de seus corpos, transgridam e se façam ouvir, uma vez que diante da complexidade das questões muitos debates são adiados. Inúmeras transformações precisam acontecer em nossa sociedade, e estas infelizmente (ou não) não virão sem luta.

Subaltern Worlds of Invisible Women: reflections from As tias, Darluz and Mulheres Trabalhando

ABSTRACT

The present article proposes a reflection on the subordinate place destined to many women, as well as their reactions of transgression / resistance. For this, we have a tale that composes the work Amora of Natalia Polesso: "As tias"; and two short stories that make up the BaléRalé work of Marcelino Freire: "Darluz" and "Mulheres trabalhando". We will visit the complex and distinct universes of different women. From literary citations will be listed information pertinent to the themes explored. In "As tias" we have the portrait of the feminine homosexuality in the third age; in the story "Darluz" we find the portrait of a poor woman, hopeless, and whose only way is to give children after birth; Finally, in "Mulheres trabalhando" we enter in the world of a transgender that survives in the streets of São Paulo. What do all these women have in common? A subaltern reality that comes to the fore, impelling them, or not, the construction of a "liminal thinking". The discussion will be anchored in such authors as Beverlay, Butler, Mignolo and Spivak.

KEYWORDS: Gender. Women. Liminal thinking. Subalternity.

Mundos subalternos de mujeres invisibles: Reflexiones de As Tias, Darluz y Mulheres Trabalhadoras

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión sobre la situación de subordinación destinada a muchas mujeres, así como sus reacciones de transgresión / resistencia. Para eso, como corpus tenemos un cuento que compone la obra Amora de Natalia Polesso: "As Tias"; y dos cuentos en BaléRalé de Marcelino Freire: "Darluz" y "Mulheres Trabalhadoras". Visitaremos los complejos y distintos universos de diferentes personajes femeninos. A partir de recortes literarios, se incluirá información pertinente a los temas explorados. En "As Tias" tenemos el retrato de la homosexualidad femenina en la vejez; en el cuento "Darluz" nos encontramos con el retrato de una mujer pobre y desesperada cuya única manera de dar a luz después de nacer; Finalmente, en "Mujeres trabajadoras" entramos en el mundo de un travestido que sobrevive en las calles de São Paulo. ¿Qué tienen en común todas estas mujeres? Una realidad subalterna que sale a la luz, ya sea que los lleve o no a construir un "pensamiento preliminar". La discusión estará anclada por autores como Beverlay, Butler, Mignolo y Spivak.

PALABRAS CLAVE: Género. Mujeres. Pensamiento liminal. Subalternidad.

NOTAS

¹ LGBT é a sigla utilizada desde o início da década de 90 para representar a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais.

² Comumente condensados no termo “Trans”, Transexual e Travesti são dois termos que se entrelaçam e causam dúvidas. A trans periférica é quase que automaticamente vista pela sociedade como travesti. Termo que também carrega estigmas e simbolismos. Transexualidade não necessariamente está ligada a redesignação do órgão biológico, é uma questão de autoidentificação. Grosso modo, Transexuais são pessoas que se reconhecem como homem ou mulher trans. “São travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (DE JESUS, 2012, p. 9).

³ Analogia com a inversão do mapa de Joaquim Torres apresentada por Hugo Achugar em Planetas Sem Boca.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

AMÂNCIO, Thiago. **Brasil tem 12 assassinatos de mulheres e 135 estupros por dia, mostra balanço**. Jornal Folha de São Paulo. [s.l.], out. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931609-brasil-registrou-135-estupros-e-12-assassinatos-de-mulheres-por-dia-em-2016.shtml>> Acesso em: 29 jan. 2019.

BASSETTE, Fernanda. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. **Revista Exame**, [s.l.], ago. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/> Acesso em: 29 jan. 2019.

BENTO, Berenice. **Brasil: O país do transfeminicídio**. CLAM, Rio de Janeiro, 2014.

BEVERLEY, John. **Subalternidade y representación**. Trad. De Marlene Beiza y Sergio Villalobos Ruminott. Madrid: Iberoamericana, 2004.

BORGES, Luciana. **O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina**: um estudo de Clarice Lispector, Hilda Hilst e Fernanda Young. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 175 de 14/5/2013**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. – 2º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: **Vários escritos**. 3º ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1999.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2ª Edição. 2012.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FREIRE, Marcelino. **BaléRalé.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. (Org.). **A identidade cultural da pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

O PROGRESSO. **De janeiro à junho, uma mulher foi estuprada a cada três dias em Dourados.** Disponível: <https://www.progresso.com.br/sociedade/de-janeiro-a-junho-uma-mulher-foi-estuprada-a-cada-tres-dias-em/363902/> Acesso em: 29 jan. 2019.

POLESSO, Natalia. **Amora.** Porto Alegre: Não Editora, 2015.

PEQUENO, Agrippina. **Corpos Transvestigeneres e o espaço público.** In: XII EHA – ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 12., 2017, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2017/Agrippina%20Candido%20Viegas%20Pequeno.pdf> Acesso em: 29 jan. 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

Revista Fórum online. **Subalternidade e outrofobia.** [s.l.], ago. 2014. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/subalternidade-e-outrofobia/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STONEWALL. **Lesbian, Gay & Bisexual people in later life.** Londres - UK, 2011. Disponível em: https://www.stonewall.org.uk/sites/default/files/LGB_people_in_Later_Life__2011_.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

TGEU – Transgender Europe. **Transgender day of visibility 2016** – Trans murder monitoring update. Disponível em: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/> Acesso em: 29 jan. 2019.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

Recebido: 28/03/2019.

Aprovado: 26/05/2019.

DOI: 10.3895/cgt.v12n40.9915.

Como citar: SILVA, Roberto Carlos Correia e. Mundos subalternos de mulheres invisíveis: reflexões a partir de As tias, Darluz e Mulheres Trabalhando. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 40, p. 156-168, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Roberto Carlos Correia e Silva. Rua: Darci Capriglione, União da Vitória, Paraná, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

